



**É DE BATALHAS  
QUE SE VIVE A VIDA**

**ELEIÇÕES CFESS 2017-2020**

**Chapa 1**

\* O nome da chapa foi inspirado na canção "Tente Outra Vez", de Raul Seixas

**Carta-programa para  
Gestão 2017/2020**

**Conselho Federal de  
Serviço Social (CFESS)**



**A**s eleições do conjunto CFESS-CRESS para o triênio 2017/2020 ocorrerão **de 15 a 17 de março de 2017**. Convocamos todas/os as/os assistentes sociais a exercer sua efetiva autonomia participando desse processo democrático na expectativa de fortalecer nossas entidades.

Em neste momento da história brasileira, de retrocessos contínuos impetrados pelo governo ILEGÍTIMO de Michel Temer nos apresentamos para a categoria com a chapa “É de batalhas que se vive a vida!”. Submetemos aqui à apreciação das/os assistentes sociais, algumas propostas da carta-programa, numa perspectiva de continuidade da atual direção do CFESS. Importante dizer que essa direção reúne um grupo significativo de profissionais e militantes que nos últimos quase 40 anos – desde o que ficou conhecido como Congresso da Virada – vem ressignificando o trabalho dos Conselhos de Fiscalização na área do Serviço Social e transformando-os em entidades representativas cujo posicionamento político é parte inerente das suas funções de autarquia pública.

Nossa carta-programa reflete o empenho e comprometimento com que defendemos a efetivação dos princípios ético-políticos construídos historicamente por esta categoria profissional, assim como explicita nossa posição em defesa das conquistas e da efetivação dos direitos da classe trabalhadora.

Avaliamos que o momento político brasileiro requer radicalidade na ação unificada de setores que constroem a resistência ao neoliberalismo, que se apresenta como forma mais bárbara de gestão do Estado em favor dos interesses de grandes grupos empresariais e do capital financeiro.

O Conjunto CFESS-CRESS deve continuar sendo aliado das entidades e movimentos sociais que representam os trabalhadores em ações que combatem veementemente as inúmeras “temeridades” que, em tão pouco tempo, já foram impetradas. Cabe demarcar ainda que nossa posição de autonomia frente a quaisquer governos e partidos nos coloca a tarefa de pontuar que esses retrocessos têm sido possíveis na velocidade que presenciamos em face de dois fatos do período recente: da política de conciliação de classes dos governos democrático-populares e do apassiva-

mento da classe trabalhadora resultante desta desastrosa estratégia de alianças na disputa pela direção na democracia burguesa.

A gravidade deste cenário para a consolidação da democracia no país é incontestável e, como parte desse quadro, as políticas públicas são alvo preferencial de desmonte. Seu desfinanciamento progressivo agora chega ao cúmulo de inviabilizar objetivamente a continuidade de serviços e direitos, o que afeta de várias formas nossas condições de trabalho e o projeto que defendemos pautado em uma sociedade livre, radicalmente democrática e com justiça social.

Ampliam-se as contratações precárias de trabalhadores, a escassez de concursos públicos e as dificuldades de manter o mínimo de autonomia ante concepções de política social cada vez mais focalizadas, restritivas e, em vários aspectos, conservadoras. Acentua-se a perspectiva de vigilância e controle da população pobre, negra e periférica, banalizando-se, assim, o racismo institucional – junto a um Estado Penal que viola direitos humanos básicos e estimula a violência e a criminalização dos movimentos e lutas sociais.

As/os assistentes sociais são aliadas/os fundamentais das/os trabalhadoras/es diariamente massacradas/os por um cotidiano de batalhas pela sobrevivência em um país cuja memória histórica é sistematicamente apagada pelos meios de comunicação que manipulam informações e forjam uma subjetividade “derrotista” diante dos desafios colocados pela avassaladora dinâmica de reprodução do capitalismo. Não podemos nos deixar sucumbir por essa “cultura da crise” e do medo. Não temeremos! Vamos resistir e defender as conquistas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras e o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro frente à precarização da formação e das condições para o exercício profissional.

Queremos, portanto, convidar você, assistente social, a conhecer nossa carta-programa, debater nossas propostas, participar e fortalecer nossa organização política no âmbito das entidades representativas da categoria. Venha! Participe e fortaleça o Conjunto CFESS-CRESS! Assim você também se fortalece!!!

**"QUANTAS NOITES CORTEI,  
E IMPORTANTE DIZER,  
QUE É PRECISO AMAR. É  
PRECISO LUTAR E RESISTIR  
ATÉ MORRER  
QUANTA DOR CABE NUM  
PEITO OU NUMA VIDA SO  
É PRECISO NÃO TER MEDO.  
E PRECISO SER MAIOR"**

**(SAMBA DO FIM DO MUNDO – EMICIPA)**



## **FORTELECER A ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO É FORTALECER A DEFESA DA PROFISSÃO!**

Os conselhos profissionais defendem e disciplinam o exercício profissional visando assegurar a qualidade dos serviços prestados à sociedade, considerando as atribuições e competências profissionais e os compromissos ético-políticos assumidos pela categoria. Assim sendo, o desenvolvimento das ações de orientação e fiscalização é uma atividade precípua e estruturante dos conselhos profissionais. Portanto, o modo como as ações da Comissão de Orientação e Fiscalização são operacionalizadas expressam concepções sobre o projeto de sociedade e de profissão que estão sendo defendidos.

No caso do Serviço Social a orientação e fiscalização possuem, distintas dimensões, entre elas, a dimensão político-pedagógica e a dimensão normativo-disciplinadora. A prioridade a cada uma dessas dimensões representa um campo de escolha na defesa, valorização, fortalecimento e publicização da profissão. A atuação dos conselhos profissionais pode, deste modo, assumir feições corporativistas e endógenas, voltadas à defesa restrita de espaços de trabalho; pode assumir feições eminentemente controladoras, burocráticas e punitivas dos profissionais ou ainda, pode assumir prioritariamente sua vinculação a um projeto social mais amplo ao mesmo tempo em que contribui para fortalecer os/as assistentes sociais enquanto trabalhadores/as, nos seus espaços de atuação profissional.

Em decorrência de nossos processos de renovação profissional e ruptura com o conservadorismo, a categoria dos assistentes sociais debateu amplamente qual seria sua Política para a orientação e a fiscalização profissional tendo definido que a dimensão político-pedagógica deve ser tratada como norteadora do desenvolvimento das ações realizadas. Através dela e do trabalho das/os agentes fiscais, permite a aproximação e reconhecimento dos dilemas éticos e dos desafios diariamente enfrentados por assistentes sociais em todo o território nacional, bem como a definição de estratégias coletivas para o seu enfrentamento. Além disso, as orientações realizadas aos

profissionais se fundamentam em normativas que são pactuadas de forma democrática nas instancias deliberativas do conjunto CFESS-CRESS.

A orientação e fiscalização nessa perspectiva não se presta somente para punir ou identificar irregularidades: ganhou contornos de uma ferramenta para diálogo da categoria com suas entidades representativas. E é entendida como mecanismo estratégico que contribui para fortalecer a categoria na defesa dos direitos humanos, dos mecanismos de participação dos usuários nas decisões institucionais e dos serviços, na defesa da democratização das políticas públicas, na luta por condições de trabalho adequadas e da qualidade dos serviços prestados.

Em decorrência do agravamento da conjuntura, que afeta a materialidade dos direitos sociais da classe trabalhadora como um todo e, nesse sentido, também de assistentes sociais, a chapa “É de batalhas que se vive a vida!” tem um explícito compromisso com a manutenção desta concepção de orientação fiscalização e sua implementação na radicalidade necessária ao enfrentamento dos problemas presentes no exercício profissional. Mais que em outros momentos históricos, a orientação e fiscalização junto aos/às assistentes sociais nos parece importante para superar a aparente “solidão” das vivências de trabalho que envolvem relações cada vez mais precárias de contratação e violação de condições éticas e técnicas bastante presentes no exercício profissional em distintas instituições empregadoras.

Também é estratégica porque realiza continuamente debates necessários para o acúmulo teórico e político de temas relacionados ao exercício profissional como o trabalho multi ou interdisciplinar; os instrumentos de trabalho; a produção de informações e documentos que afetam decisões institucionais e as condições concretas de vida dos usuários; as atribuições e competências profissionais em diferentes espaços de trabalho e Políticas Públicas; os processos de trabalho e aquilo que constitui o objeto de in-



tervenção do Serviço Social. Além disso, as ações de orientação e fiscalização contribuem para delimitar o campo de atuação profissional fornecendo subsídios para resistência à incorporação de atividades que não nos cabem e são frequentemente solicitadas pelos empregadores

Nossa defesa da profissão implica em não abrir mão de um exercício profissional tecnicamente competente e autônomo, além de ética e politicamente comprometido com a ampliação dos direitos dos usuários. Este direcionamento tem expressão nas normativas utilizadas pelo trabalho da orientação e fiscalização nos estados e refletem a força da sua perspectiva coletiva que reforçamos em sua unidade nacional. Diante dessas considerações, propomos:

- Planejar coletivamente com os CRESS as prioridades para as ações de orientação e fiscalização no triênio 2017-2020, considerando os debates e o relatório do 45º Encontro Nacional CFESS-CRESS;
- Promover debates juntamente com os CRESS para melhor estruturação das Comissões de Orientação e Fis-

calização, considerando as condições de trabalho dos/as agentes fiscais;

- Intensificar a luta em defesa de concurso público para assistentes sociais em todos os espaços sócio-ocupacionais;
- Prosseguir com as ações políticas e legais para o cumprimento da Lei Federal nº 12.317/2010, que estabelece jornada de 30 horas semanais, sem redução de salário, para todos/as os/as Assistentes Sociais;
- Promover Seminários Nacionais para discussão sobre o exercício profissional em alguns espaços sócio-ocupacionais que têm demandado significativamente a atuação do conjunto CFESS-CRESS, a exemplo do campo Sócio-jurídico, na perspectiva fortalecimento do projeto ético-político profissional e das estratégias de enfrentamento a requisições indevidas;
- Aprofundar o debate acerca do material técnico e material técnico-sigiloso e sua relação com a garantia de condições técnicas e éticas ao trabalho profissional.







## "NENHUM DIREITO A MENOS": LUTA EM DEFESA DA SEGURIDADE SOCIAL EM ARTICULAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS!

A Seguridade Social representa o conjunto de políticas sociais reconhecidas como direitos sociais e deveres do Estado e é expressão das lutas sociais e da disputa entre capital e trabalho. No contexto de redemocratização da sociedade brasileira, está inscrita na Constituição de 1988, articulando Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Representa, pois, as conquistas sociais possíveis naquele momento histórico, das quais são exemplos: a criação do Orçamento da Seguridade Social, na perspectiva da articulação das três políticas; o caráter público, estatal, universal e gratuito da saúde por meio da implantação do Sistema Único de Saúde - SUS; o reconhecimento da política de Assistência Social como direito não contributivo; os direitos previdenciários que, apesar de contributivos, contemplam a lógica de solidariedade geracional; a integração das três áreas; universalidade da cobertura; uniformização e equivalência dos benefícios entre trabalhadores urbanos e rurais; caráter democrático da gestão e diversificação das fontes de financiamento com inclusão da contribuição patronal sobre o faturamento e o lucro.

Por outro lado, as contradições inerentes ao capitalismo não possibilitaram avançar em alguns temas e, dessa forma, manteve-se, por exemplo a participação privada complementar e suplementar na saúde; os critérios restritivos e processos administrativos burocráticos de acesso aos benefícios previdenciários; a restrição formal da Seguridade Social às três políticas citadas, não contemplando a concepção ampliada que abrange as políticas de educação, habitação e outras. Isso nos remete à reflexão acerca da complexidade das relações sociais no capitalismo e da natureza divergente dos interesses do capital e do trabalho neste sistema político-econômico, revelando um movimento dialético e contraditório que ora amplia, ora retira direitos.

Justamente as políticas sociais que compõem a Seguridade Social em perspectiva ampliada têm se constituído no alvo principal dos ataques aos direitos dos trabalhadores empreendidos por meio da contrarreforma do Estado e da política de ajuste fiscal em consonância com as orientações de organismos financeiros internacionais desde os anos 1990.

A disputa pelo fundo público é explícita na manutenção da Desvinculação das Receitas da União (DRU) e do superávit primário que alocam os recursos do orçamento da Seguridade Social para pagamento da dívida pública. Esta tendência se mostra claramente nas contrarreformas da previdência que retiram/restringem direitos e contribuem para a acumulação do capital das grandes empresas de previdência privada, sob a justificativa falaciosa de um suposto déficit previdenciário. Além disso, os novos modelos de gestão adotados na saúde, bem

como em outras políticas significam a transferência da responsabilidade estatal para o setor privado via Organizações Sociais - OS's, Organizações da

Sociedade civil de Interesse Público - OSCIP's, Fundações Estatais de Direito Privado e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH.

Quanto à política de Assistência Social, a conjuntura recente indica que sofrerá crescentemente impactos severos, na medida em que ainda não possui em lei uma diretriz orçamentária obrigatória que garanta a estruturação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Deste modo, a existência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com gestão descentralizada, compartilhada, cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos se encontra seriamente ameaçada.

Nessa conjuntura, nós da chapa "É de batalhas que se vive a vida!" reafirmamos a necessidade de lutar por uma

**LIBERDADE, LIBERDADE...  
ABRE AS ASAS SOBRE NÓS!**

**(SAMBA ENREDO 1989, IMPERATRIZ  
LEOPOLDINENSEIRJ)**



concepção de Seguridade Social como um padrão de proteção social amplo, universal, redistributivo, de responsabilidade estatal e que incorpore outras políticas sociais para além do tripé constitucional. Este padrão abrange o conjunto de necessidades sociais das/os trabalhadoras/es expressas nas demandas por cultura, lazer, habitação, educação, trabalho, transporte, saúde, previdência e assistência social.

Isso porque mesmo diante dos desafios postos em tempos “temerários”, compreendemos a Seguridade Social como um campo de luta política entre as classes sociais e que se contradiz a naturalização da ordem capitalista e da desigualdade social. Ademais, entendemos que defender a seguridade social ampliada é também lutar por melhores condições de trabalho para as/os assistentes sociais e demais trabalhadores/as que operam estas políticas. Isso nos parece estratégico para o desenvolvimento de um trabalho comprometido com a defesa e ampliação dos direitos e que fortaleça as possibilidades de ação coletiva dos/as trabalhadores/as e sua resistência em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Frente a tal realidade, apresentamos como propostas:

- dar continuidade à implementação da agenda em defesa da seguridade social pública e universal, em articulação com movimentos sociais, com vistas à: progressividade das fontes de financiamento; manutenção do orçamento único e programação orçamentária com a criação do Fundo da Seguridade Social; implementação de Fóruns de Seguridade Social e reinstalação do Conselho Nacional da Seguridade; extinção da incidência da Desvinculação das Receitas da União – DRU sobre o orçamento; revisão das renúncias beneficiadoras do capital; organicidade e ampliação das políticas sociais que a compõem, na perspectiva defendida pela Carta de Maceió (aprovada no Encontro Nacional CFESS-CRESS de 2000); combate à precarização das condições e relações de trabalho na área;

- lutar contra o desmonte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) fortalecendo estrategicamente os fóruns de trabalhadores e a articulação com os fóruns de usuários;
- defender o SUS, 100% estatal, tomando como base os princípios da Reforma Sanitária, da integralidade e da universalidade;
- defender a Previdência Social pública combatendo a lógica atuarial, restritiva e mercantilizada desta política;
- defender os direitos das crianças e dos adolescentes expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - em especial a não alteração da idade penal, do tempo de internação e a não emancipação civil do adolescente autor de ato infracional;
- Contribuir com a intervenção qualificada nos mecanismos de controle democrático da sociedade sobre o Estado (conselhos, conferências de políticas e de direitos, entre outros) e incentivar a criação de novos espaços de participação política na perspectiva da ampliação dos canais democráticos de formulação e controle das políticas sociais, em articulação com os movimentos sociais;
- Defender o direito à cidade compreendendo a unidade entre as questões urbana, agrária e ambiental;
- Lutar pela reforma agrária e urbana e contra a criminalização dos movimentos sociais que protagonizam estas lutas;
- intensificar a luta, juntamente com outras categorias profissionais e demais organizações políticas dos trabalhadores, pela consolidação do Serviço Social na Educação e pela aprovação do PL Educação (define a inserção de profissionais da psicologia e do serviço social na rede pública de educação básica);
- acompanhar criticamente os debates sobre as políticas para juventude, em especial da juventude negra, visto o extermínio/genocídio desta população.



## ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

Em tempos de intensificação da crise na sociabilidade burguesa, os direitos mais elementares para a vida humana e essenciais para a democracia estão sendo colocados em xeque. Tal crise se expressa não apenas em seu aspecto econômico que coloca em risco a necessidade de expansão contínua de acumulação de capitais, mas também em todas as instituições e relações sociais, a exemplo da política, do Estado e das relações entre os sujeitos. Vivenciamos, portanto, no mundo e no Brasil um período de institucionalização e legitimação de ataques massivos aos direitos humanos, em especial, em nosso país, cuja conjuntura atual ainda nos remete aos anos mais sombrios da história recente brasileira.

A ascensão de um presidente de forma indireta é resultado de um processo conjuntural de ataque às relações democráticas no Estado Brasileiro e contra os direitos dos/as trabalhadores/as. Representa, ainda, o elemento mais escancarado do movimento de setores conservadores que se construiu e ganhou espaço na cena política brasileira a partir do programa de pacto de classes estabelecido nas últimas décadas. E para manter seus lucros, a burguesia brasileira e internacional aprofundou um modelo econômico e político que sem dúvidas resultara em uma piora nas condições de vida do conjunto da classe trabalhadora, com marcas de retrocessos em suas poucas conquistas sociais, elevando, assim, os níveis de miséria, violência e degradação da vida da grande massa de indivíduos de nosso país.

Mesmo sob a vigência de nossa precária democracia nos últimos 30 anos, pouco se avançou em relação aos direitos humanos, visto que se mantém índices altíssimos de violência e miséria da maioria esmagadora da população, com fortes expressões no extermínio da juventude nas periferias, principalmente da população negra, crimes de machismo, homofobia, lesbofobia e transfobia, violação da

liberdade de expressão, de organização, de associação, de manifestação e a manipulação do acesso à comunicação/informação. A reafirmação deste projeto em curso é levada a cabo pelo Estado em suas três esferas e implica no acirramento das violações de direitos democráticos, com perseguições, inclusive por aparatos militares e de milícias particulares, aos movimentos sociais e setores de minoria, nos impondo como pauta urgente a resistência e mobilização social.

Nós, assistentes sociais da Chapa “É de batalhas que se vive a vida” reafirmamos a defesa intransigente da liberdade e dos direitos humanos como princípios éticos a serem ratificados e materializados nos diversos espaços do Servi-

ço Social, seja na luta coletiva com movimentos sociais, seja no cotidiano do trabalho profissional e nas entidades da categoria profissional. No entanto, essa defesa da liberdade e dos direitos humanos requer o compromisso com o aprimoramento da reflexão ética, que pressupõe o reconhecimento da nossa condição humano-genérica e a práxis social voltada à materialização da liberdade. É nessa direção que as ações do conjunto CFESS/CRESS caminha com posicionamentos éticos contra toda forma de arbítrio, tortura, discriminação, preconceito,

censura, homofobia, lesbofobia, transfobia, machismo, racismo, dentre outras pautas.

Defendemos outra forma de organização social, sem exploração e opressão, na qual prevaleça o direito à vida, à livre organização, à liberdade religiosa e/ou de não ter religião, o direito ao corpo, à igualdade entre homens mulheres, negros, índios, o direito da juventude de sonhar e construir seu futuro. É por isso, que apresentamos como proposta:

- continuar a articulação do CFESS com entidades e movimentos sociais na defesa dos direitos humanos;
- manter articulação com a comissão de comunicação

**- O QUE ANDAS A FAZER  
COM UM CADERNO?  
- NEM SEI. PAI. ESCREVO  
CONFORME VOU SONHANDO.  
- E ALGUÉM VAI LER ISSO?  
- TALVEZ.  
- É BOM, ASSIM: ENSINAR  
ALGUÉM A SONHAR.  
(MIA COUTO)**



- e com os CRESS - em atenção a conjuntura política do país - produzindo materiais, conteúdos e debates relacionados a defesa dos direitos humanos;
- apoiar e construir ações junto aos movimentos sociais de combate a xenofobia, ao racismo, ao sexismo, a lgbtobia, e a todas as formas de violência, preconceito e discriminação;
  - apoiar as lutas em defesa da liberdade de orientação sexual e livre identidade de gênero da população LGBT, especialmente os direitos de adoção, constituição de família, direitos sucessórios, uso do nome social nos espaços públicos e privados, dentre outros direitos;

- construir ações/atividades de defesa dos direitos humanos, nas várias temáticas aprovadas no Encontro Nacional do conjunto CFESS-CRESS;
- dar continuidade à realização do Curso Ética em Movimento na perspectiva de intensificar a aproximação da categoria profissional com o projeto ético-político;
- promover ações para fortalecimento e aprimoramento do trabalho desenvolvido nas comissões de ética dos CRESS;
- fortalecer a organização profissional e política dos/as assistentes sociais para o enfrentamento de situações de violação de direitos que dizem respeito ao trabalho profissional.







## EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Em tempos de expansão da ofensiva neoliberal e de crise do capital, a política de favorecimento à mercantilização do ensino superior se torna mais intensa em detrimento da educação pública de qualidade, e se expressa muito bem na universidade e na fragilização do ensino, da pesquisa e da extensão.

No atual processo de mundialização de capital, registra-se uma expansão sem igual do capital portador de juros e uma sistemática apropriação privada do fundo público, trazendo uma reorientação das políticas sociais por meio da focalização, do desfinanciamento, da mercadorização, da descentralização para entidades sem fins lucrativos ou para o mercado. Tais prioridades do Estado brasileiro impuseram a ampliação das faculdades privadas, sob o argumento questionável de “democratização do acesso ao ensino superior” em detrimento de qualquer debate sobre a qualidade do ensino oferecido a parcela da população mais pobre. Em contrapartida, ocorre uma reestruturação do ensino superior público e redução do seu investimento nesse campo.

Tal processo de contrarreforma do Estado brasileiro é incompatível com o nosso projeto ético político, além de ser uma ameaça real à sua implementação. O sucateamento e mercadorização do ensino superior, no qual impera a lógica da rentabilidade econômica, traz inúmeros desafios para a formação e o exercício profissional do Serviço Social.

A expansão privada dos cursos de Serviço Social respondeu nos últimos anos por um avassalador crescimento de nossa categoria profissional num mercado de trabalho que opera níveis crescentes de desemprego. Este panorama é agravado pelas precárias condições de funcionamento destes cursos, especialmente os da modalidade à distância, cujos estudos têm demonstrado que não dispõem

de um modo geral, de estrutura pedagógica para assegurar o cumprimento das diretrizes curriculares de nossa área.

São muitos os problemas encontrados de formas distintas no ensino presencial privado e público, que começam na própria lógica da oferta aligeirada de conteúdos, passando pela ausência de bibliotecas e outras estruturas necessárias à formação, pelos precários vínculos trabalhistas dos docentes e tutores – nem sempre assistentes sociais – e culminando nas dificuldades da supervisão acadêmica de estágio e do cumprimento de sua carga horária.

Com relação ao ensino presencial público, a expansão promovida pelo REUNI projeta um modelo de universidade com bases no produtivismo, na dissociação entre ensino-pesquisa-extensão, avançando definitivamente para a forma de conhecimento-mercadoria. Para tanto, deu origem a uma série de novos cursos interiorizados que também apresentam dificuldades de funcionamento, como precárias instalações em campi improvisados e um corpo docente predominantemente contratado de forma precária na condição de professores substitutos ausência de uma política estudantil que garanta permanência dos discentes no ensino superior.

É evidente que em decorrência deste quadro geral precariza-se a formação profissional de assistentes sociais e pela ausência, por exemplo, de aprimoramento da dimensão investigativa do trabalho profissional dentre outros elementos, se dificulta assegurar uma perspectiva teórico-crítica que possibilita assistentes sociais intervir nas mais variadas expressões da questão social sintonizadas/os com o projeto ético-político profissional.

Com intuito de fomentar essa participação crítica da/o assistente social, apresentamos as seguintes propostas:

- Estimular, conjuntamente com os CRESS, a realização de debates no âmbito da categoria sobre a for-

**"COMO É DIFÍCIL ACORDAR  
CALADO  
SE NA CALADA DA NOITE  
EU ME DANO  
QUERO LANÇAR UM GRITO  
DESUMANO  
QUE É UMA MANEIRA DE  
SER ESCUTADO  
ESSE SILÊNCIO TODO ME  
ATORDOA  
ATORDOADO EU  
PERMANEÇO ATENTO"**  
(CÁLICE, GILBERTO GIL E CHICO BUARQUE)



mação profissional da/o assistente social e a precarização do ensino superior;

- Dar continuidade à articulação entre o Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, com vistas a realizar as ações em defesa do trabalho e da formação de assistentes sociais e contra a precarização do ensino superior;
- Contribuir para o fortalecimento dos Fóruns de Supervisão de Estágio em âmbito estadual, regional e nacional;
- Defender a vinculação de um percentual mínimo de recursos para a Educação;
- Dar continuidade à fiscalização do exercício profes-

sional na formação, buscando o efetivo cumprimento da Lei que Regulamenta a Profissão (8.662/1993), Resolução CFESS nº 533/2008 e implementação das diretrizes curriculares.

- Estimular a abertura de cursos de Serviço Social presenciais, prioritariamente nas universidades públicas, juntamente com a ABEPSS e ENESSO;
- Fortalecer a nossa participação na construção do Encontro Nacional de Educação (ENE) e a aliança com outras categorias profissionais, entidades e movimentos sociais que se apresentam na luta em defesa da educação pública, gratuita, presencial, laica e de qualidade;



## **SÃO MUITAS AS BATALHAS... COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL**

O controle do acesso à informação, ao conhecimento e aos direitos é uma marca da sociedade em que vivemos. O controle do capital sobre a comunicação reforça a ideologia da classe dominante e assume um papel decisivo na produção e reprodução das relações sociais vigentes.

Defender uma comunicação com acesso popular, valores democráticos e solidários, e uma linguagem não discriminatória e mistificadora, é uma possibilidade real e estratégica para a construção de um processo de democratização social que passa pela socialização do acesso à comunicação e às tecnologias.

Compreendemos a comunicação possui o potencial de democratizar o poder político e de contestar o controle econômico da sociedade. A comunicação deve, portanto, ser compreendida como um direito humano, como bem público, que deve servir como espaço de fortalecimento dos movimentos sociais e da classe trabalhadora. Portanto, nos colocamos contrários ao monopólio mercantil da comunicação historicamente constituído em no país. E nos utilizamos da comunicação como um meio de dar visibilidade à sociedade acerca da profissão de serviço social e do nosso projeto ético-político. Trata-se de um espaço estratégico para fazer política, socializar a informação e estimular denúncias e resistências contra toda forma de exploração, dominação e opressão.

Para o Conjunto CFESS-CRESS, comunicar-se é um desafio, pois exige uma interlocução permanente entre o que está ocorrendo no Brasil e no mundo, nas áreas que interferem no cotidiano da classe trabalhadora e do trabalho de assistentes sociais.

A chapa “É de batalhas que se vive a vida” reafirma a importância deste debate e daremos prosseguimento a implementação da Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS, construída coletivamente. Frente a isso, nos propomos a:

- batalhar pelo direito humano à comunicação, por meio da luta pela democratização da comunicação no Brasil, em diálogo com outros movimentos sociais, entidades e demais instâncias de trabalhadores/as organizados/as, especialmente através do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC);
- dar publicidade e estimular a categoria a participar das ações em defesa do direito a comunicação, através dos movimentos sociais e fóruns existentes no Brasil;
- manter e aperfeiçoar as estratégias comunicativas, inclusive as eletrônicas, para viabilizar e ampliar tanto o acesso à informação qualificada sobre as pautas da categoria, quanto o engajamento às lutas do Serviço Social, tais como campanhas e notícias, informativos, cartilhas, redes sociais, boletins eletrônicos, materiais audiovisuais, dentre outros;
- construir estratégias para fortalecer a fala pública dos/das conselheiros/as do conjunto CFESS/CRESS para que as tomadas de posição dos/das assistentes sociais possam conquistar maior visibilidade na sociedade e novos aliados/as para apoio às demandas da categoria;
- continuar a produção de material destinado a mídia, jornalistas, ocupantes de cargos políticos, juristas, dentre outros, contendo informações sobre o Serviço Social a partir do que já existe produzido no Conjunto CFESS/CRESS;
- ampliar ações de sensibilização sobre a importância da comunicação para as ações do Conjunto CFESS/CRESS, especialmente para os Regionais que ainda não contam com instrumentos, materiais e iniciativas nesse campo;
- dar publicidade ao projeto ético-político profissional e à gestão democrática do Conjunto CFESS/CRESS.
- denunciar as expressões de injustiças e desigualdades que marcam a realidade social do país.

**"NÃO CHORAREMOS  
A MISERIA, A  
GUERRA E A  
DEBILIDADE  
SIM, CANTAREMOS  
CONTRA ELAS E  
SEUS PROMOTORES"**  
**(ANTONIO DA CRUZ)**



## RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SERVIÇO SOCIAL

A crise do capital é mundial e seus efeitos trazem consequências perversas para a classe trabalhadora. O projeto neoliberal de sociedade produziu um retrocesso brutal no nível de vida e nas conquistas da classe trabalhadora, além de apresentar também uma ofensiva que incide na dinâmica e autonomia nacional dos diversos países.

A partir de 2010, no Brasil e em toda a América Latina, os efeitos da crise capitalista mundial passaram a ser sentido com mais força, através da queda dos preços das matérias-primas, do desemprego, dos baixos salários, precarização e terceirização do trabalho e os poucos recursos investidos nas políticas públicas começam a serem retirados, como um ataque direto aos direitos da classe trabalhadora.

Historicamente, as dificuldades encontradas pelos países da periferia do capitalismo são sistematicamente traduzidas pela superexploração do trabalho que se expressa de forma mais aparente pela remuneração dos trabalhadores/as abaixo do nível necessário aos padrões de reprodução da vida social. Esse contexto é agravado pelos efeitos perversos da mundialização do capital que passam, portanto, a apresentar particularidades ainda mais dramáticas nos países periféricos, como o Brasil.

Nesse sentido, a articulação e resistência entre os países da periferia, principalmente os países latino-americanos, é essencial, como possibilidades de articulação das organizações da classe trabalhadora para defender e disseminar a perspectiva crítica frente às formas de enfrentamento das expressões da “questão social”.

A luta anticapitalista, que tenha como horizonte a formação de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, conforme elencado no nosso Código de Ética apresenta desafios que transcendem as fronteiras nacionais.

O Serviço Social brasileiro, por meio de suas entidades organizativas, tem sido um dos protagonistas da articulação profissional na América Latina desde os anos 1990 e esteve à frente no período recente do COLACATS (Comitê Latino-americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Trabalho Social). Este fórum se consolidou como instrumento fundamental de difusão de posicionamentos críticos fomentando a hegemonia de um projeto profissional sintonizado com as lutas anti-imperialistas. Essa unidade na intervenção latino americana tem se refletido em nossa participação na FITS (Federação Internacional de Trabalhadores Sociais) e pautado uma perspectiva diferenciada no universo de profundo conservadorismo que ain-

da hegemoniza o debate do Serviço Social mundial. Nessa perspectiva, a chapa “É de batalhas que se vive a vida” pretende continuar o diálogo entre assistentes sociais de diferentes culturas e idiomas, buscando sempre o fortalecimento dessa perspectiva crítica em nossa categoria frente aos compromissos com a classe trabalhadora.

Abrimos, também, no último triênio um importante debate sobre uma expressão crescente da crise capitalista que se traduz nas demandas de refugiados e imigrantes que chegam em número cada vez maior ao Brasil. Tais demandas reverberam nas instituições em que trabalhamos e não contam, muitas vezes, com qualquer acolhida, razão pela qual a posição de assistentes sociais no combate à xenofobia também acaba por ser uma defesa importante na linha de compreensão de que a classe trabalhadora é internacional e internacionais são seus desafios numa sociedade “globalizada”. Considerando os acúmulos já efetuados, portanto, batalharemos para:

- Fomentar a participação dos assistentes sociais nos eventos internacionais, mobilizando também para debates sobre as relações internacionais no âmbito da formação e do exercício profissional;
- Promover ações e eventos com os países latino-americanos e de língua portuguesa, na perspectiva de buscar a integração e troca de conhecimento entre os assistentes sociais;
- Fortalecer o Comitê Latinoamericano e Caribenho de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social - COLACATS, na perspectiva de avançar na defesa de princípios ético-políticos comuns;
- Defender que a língua portuguesa seja incluída como língua oficial da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS) que nos eventos internacionais haja a sua tradução;
- Manter a participação crítica na Federação Internacional de Trabalhadores/as Sociais - FITS, alimentando articulações políticas na defesa dos princípios éticos e políticos do projeto profissional brasileiro.
- Fortalecer a luta em defesa dos direitos humanos e sociais, considerando especialmente as contribuições do exercício profissional de assistentes sociais no combate à xenofobia aos imigrantes;
- Apoiar a luta dos/as assistentes sociais latino-americanos e caribenhos com vistas à regulamentação da profissão e a defesa de princípios éticos políticos que orientem a profissão.

**QUEM SOMOS!****Veja quem compõe nossa chapa!****PRESIDENTE: JOSIANE SOARES SANTOS / JOSI (SE)**

Assistente social graduada pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestre e Doutora em Serviço Social (UFRJ). Professora Associada do Departamento de Serviço Social da UFS com inserção na graduação e no Mestrado em Serviço Social. Ex-presidente do CRESS-18ª Região/SE (gestão 1999-2002); Foi Vice-presidente da ABEPSS – Região Nordeste (gestão 2009-2010). É conselheira licenciada da atual gestão do CFESS (2014-2017), na qual coordenou a Comissão de Orientação e Fiscalização do CFESS, e foi membro da Comissão de Ética e Direitos Humanos (CEDH).

**VICE-PRESIDENTE: DANIELA NEVES (RN)**

Assistente social graduada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Foi da Diretoria Nacional da ABEPSS (gestão 2011-2112). É conselheira licenciada da atual gestão do CFESS (2014-2017), na qual coordenou a Comissão de Comunicação do CFESS, e foi membro da Comissão de Ética e Direitos Humanos (CEDH). Representou o CFESS no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT – 2014/2015) e na Comissão Intersetorial de Saúde da População de LGBTT (CISPLGBTT) do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Representou a ABEPSS no Fórum Nacional de Trabalhadores/as do SUAS – FNTSUAS (2011-2012). Foi chefe do Departamento de Serviço Social da UnB (gestão 2011-2013), no qual trabalhou como docente por 8 anos.

**1ª SECRETÁRIA: TÂNIA MARIA RAMOS GODOI DINIZ (SP)**

Assistente social formada pela PUC-MG. Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Atua como professora adjunta no curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP/Baixada Santista. Foi vice-presidente da ABEPSS – Região Sul II (2001-2002), presidente do CRESS-S-SP (2002-2005) e conselheira do CFESS nas gestões 2005-2008 e 2008-2011. É conselheira licenciada da atual gestão do CFESS (2014-2017), na qual coordenou a Comissão de Ética e Direitos Humanos (CEDH) do CFESS, e foi membro da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI). É representante do CFESS no Fórum Nacional da Reforma Urbana desde 2005.

**2ª SECRETÁRIA: DANIELA MÖLLER (PR)**

Assistente social formada pela PUC (Curitiba/ PR). Especialista em “Gestão de Políticas, Programas e Projetos Sociais” pela PUC (Curitiba/PR), mestre em Serviço Social pela UFSC (Florianópolis). Atua como assistente social do Tribunal de Justiça do Paraná e participa do Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do Poder Judiciário do Paraná (FASP). É conselheira licenciada do CRESS/PR, e atuou como coordenadora da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), bem como de outras comissões e câmaras temáticas internas. Foi representante no Conselho Estadual de Direitos Humanos (COPEDH). Quando militante do movimento estudantil, foi representante discente nacional na ABEPSS.





### **1ª TESOUREIRA: CHEILA QUEIROZ (BA)**

Assistente social formada pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Especialista em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). No Movimento Estudantil foi do Diretório Acadêmico e da ENESSO. Trabalhou na área da Criança e do Adolescente por mais de 18 anos e atua como assistente social na Prefeitura Municipal do Salvador. Foi 2ª tesoureira do CRESS 5ª Região/BA (1999-2002) e conselheira presidenta na gestão (2002-2005). Atuou como coordenadora nas Comissões de Orientação e Fiscalização (COFI), Criança e Adolescente, Administrativo-financeiro do Conselho e foi membro da Comissão Permanente de Ética do CRESS 5ª Região/BA (2000-2016). Participou como Conselheira dos Conselhos municipais e estaduais dos Direitos das Crianças e Adolescentes e Assistência Social. Atualmente representa o CFESS no Fórum Nacional e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA e CONANDA).

### **2ª TESOUREIRA: ELAINE PELAEZ (RJ)**

Assistente social formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Saúde Pública e Especialista em Avaliação em Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ e mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ. Atuou como pesquisadora e assistente social no Projeto Políticas Públicas de Saúde da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Atualmente trabalha como assistente social no Ministério da Saúde, lotada no Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, e participa do Fórum de Saúde do RJ e da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. Foi membro da Comissão Eleitoral do CRESS-7ª Região no processo eleitoral do Conjunto CFESS-CRESS em 2011 e integra a Comissão de Saúde do CRESS-7ª Região. No Movimento Estudantil de Serviço Social foi Coordenadora Regional da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO (Gestão 2005-2006).

## CONSELHO FISCAL

### **NAZARELA SILVA DO RÊGO GUIMARÃES (BA)**

Assistente social graduada pela Universidade Católica do Salvador (Ucsal). Especialista em Gestão Pública pela UNEB e Especialista em Gestão de Urgência e Emergência pelo Ministério da Saúde. Assistente Social e Coordenadora do Serviço Social do Hospital Geral Roberto Santos em Salvador. Foi conselheira do CRESS/BA por duas gestões (1993-1996 e 1996-1999). É conselheira licenciada da atual gestão do CFESS (2014-2017), na qual coordenou a Comissão de Seguridade Social e foi membro da Comissão Administrativo-Financeiro.

### **FRANCIELI PIVA BORSATO (MS)**

Assistente social formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Trabalha como assistente social na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. É 1ª Secretária do CRESS 21ª Região/MS (2014-2017) licenciada.

### **MARIANA FURTADO ARANTES (MG)**

Assistente social formada pela Universidade de Uberaba. Trabalha no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e está lotada na Gerência Executiva de Uberaba/MG. Mestre em Serviço Social, na linha Trabalho e Formação profissional, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Franca).

## SUPLENTES

### **SOLANGE DA SILVA MOREIRA (RJ)**

Assistente social formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Serviço Social pela UFRJ. É funcionária da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, desde 2004, onde atuou na perícia médica e, desde 2006, no campo da saúde mental, na qual exerce a função de assistente social e de coordenadora da Residência Multiprofissional em saúde mental do Instituto Municipal Philippe Pinel. Foi conselheira do CRESS 7ª Região por duas gestões (2005 e 2008 e gestão provisória em 2008). É conselheira licenciada da atual gestão do CFESS (2014-2017), na qual foi membro das Comissões de Seguridade Social e Orientação e Fiscalização (COFI) do CFESS. Representou o CFESS no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad – 2014/2016) e no Fórum Nacional dos Trabalhadores da Saúde (FENTAS).

### **DANIELA RIBEIRO CASTILHO (PA)**

Assistente social formada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Trabalha como professora adjunta no curso de Serviço Social da UFPA. É conselheira licenciada do CFESS na atual gestão (2014-2017). Representou a atual gestão do CFESS no Fórum Nacional de Trabalhadores/as do SUAS – FNTSUAS (2015-2016).



### **RÉGIA PRADO (CE)**

Assistente Social Graduada e Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Servidora efetiva do Município de Maracanaú/Ceará, lotada na Secretaria de Assistência Social e Cidadania-SASC/Maracanaú. Ex-Coordenadora do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop/Maracanaú (2012-2017). Atualmente lotada na Proteção Especial Média e Alta Complexidade. Membro colaboradora e militante do Fórum da Rua do Ceará. Foi conselheira do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 3ª Região/CE na gestão 2008/2011. Foi membro das Comissões Administrativa e Financeira e Comissão de Combate a Inadimplência. Foi conselheira do Conselho Estadual de Assistência Social do Ceará - CEAS/CE (segmento trabalhadores) entre maio de 2008 a maio de 2011 e membro do Fórum Estadual de Assistência Social - FOEAS/CE.

### **MAGALI RÉGIS FRANZ (SC)**

Assistente social graduada pela UFSC. Especialista em Gestão Pública. Assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Itajaí/SC. Militante da área da Assistência Social. Foi membro da gestão do CRESS/SC (2008-2011) e Conselheira Presidente do CRESS/SC Gestão 2011-2014. Foi colaboradora de base na Comissão Permanente de Ética e na Comissão de Fiscalização do CRESS/SC Gestão 2014-2017. Multiplicadora do Curso Ética em Movimento do CRESS/SC.

### **LYLIA ROJAS (AL)**

Assistente social graduada pela UFAL em 2009. Trabalha no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS/Gerência Maceió) desde 2009. Foi coordenadora da executiva regional da CSP/CONLUTAS Alagoas e membro do movimento Mulheres em Luta. Foi da gestão do CRESS/AL 2010-2013 e é segunda secretária na atual gestão do CRESS/AL (2014/2017) e está licenciada. Atualmente compõe a comissão nacional de assistentes sociais da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS).

Mauricleia Santos (SP) - Assistente social formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/1982); especialista em economia pela Unicamp; Mestre em serviço social pela PUC - SP. Trabalha como assistente social na Prefeitura de Diadema/SP e é docente na Faculdade Metropolitana Unidas (FMU). Militante do movimento estudantil na década de 80; militante da categoria no movimento sindical (1982/1990), e no conjunto CFESS/CRESS. Militante no movimento de mulheres, questão urbana, e atualmente é Presidente do CRESS/SP licenciada.

### **MAURICLEIA SANTOS (SP)**

Assistente social formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/1982); especialista em economia pela Unicamp; Mestre em serviço social pela PUC - SP. Trabalha como assistente social na Prefeitura de Diadema/SP e é docente na Faculdade Metropolitana Unidas (FMU). Militante do movimento estudantil na década de 80; militante da categoria no movimento sindical (1982/1990), e no conjunto CFESS/CRESS. Militante no movimento de mulheres, questão urbana, e atualmente é Presidente do CRESS/SP licenciada.

### **JOSEANE COURI (DF)**

Assistente social formada pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB. Assistente Social Analista de Política Social do Ministério das Cidades, onde atua na Secretária Nacional de Habitação/Gerência de Trabalho Social. Docente do curso de Serviço Social da Faculdade Projeção/DF. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisa em Seguridade Social e Trabalho (GESST/UnB).

### **NEIMY BATISTA DA SILVA (GO)**

Assistente social formada pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB) e doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atuação política nas entidades representativas da profissão: conselheira presidente - Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 19ª Região/Goiás, no período 1996-1998 e triênio 2008-2010. Membro das gestões do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nos triênios 1999-2002 e 2002-2005. Trabalho e militância nas políticas de saúde (1995 a 2012), assistência social e atualmente na educação/docência na Universidade Federal de Goiás (UFG), na Regional Goiás-GO.

### **JANE DE SOUZA NAGAOKA (AM)**

Assistente Social formada pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais (UnB) e Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM). Atualmente é assistente social do Juizado da Infância e da Juventude Cível, no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) e professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB). É conselheira licenciada da atual gestão do CRESS AM/RR (2014-2017), na qual atuou como vice-presidente, coordenadora da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), membro da Comissão Administrativo Financeiro (ADMFIN) e membro da Comissão de Inadimplência. Foi professora efetiva do Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), campus Parintins/AM, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Trabalhou como docente na Faculdade Tahirih, Escola Superior Batista do Amazonas (ESBAM), Centro Universitário do Norte (UNINORTE/Laureate) e professora substituta na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

**CARTA-PROGRAMA**



**PARTICIPE E FORTALEÇA NOSSA PROFISSÃO!  
ELEIÇÕES DE 15 A 17 DE MARÇO DE 2017!**

**QUER SABER MAIS SOBRE NOSSA  
CHAPA? VER MAIS PROPOSTAS?  
SIGA A GENTE NAS REDES SOCIAIS!**

[facebook.com/edebatalhasqueseviveavida](https://facebook.com/edebatalhasqueseviveavida)  
[instagram.com/edebatalhasqueseviveavida](https://instagram.com/edebatalhasqueseviveavida)

**E LEMBRE-SE: ELEIÇÕES NOS DIAS  
15, 16 E 17 DE MARÇO DE 2017!**



**É DE BATALHAS  
QUE SE VIVE A VIDA**

**ELEIÇÕES CFESS 2017-2020**

**Chapa 1**